

Anexo 1

Quadro sinótico dos Sistemas Nacionais utilizados e administrados no âmbito do TRT10, em 2020, com gestão a cargo da SGJUD-TP:

AJ/JT	Portaria Conjunta n.º 6, de 29/9/2020: Institui o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT no âmbito do TRT da 10ª Região, destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento dos profissionais nos casos dos processos que envolvam assistência judiciária gratuita.
BNDT-CNDT	Sistema que permite a expedição de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, a qual passou a ser disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho, de forma eletrônica e gratuita, garantindo informações sobre pessoas físicas e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho (Resolução n.º 1.470/TST).
CADASTRO DE CLIENTES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL- CCS – BANCO CENTRAL DO BRASIL	Sistema que viabiliza o acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) do Banco Central, o qual permite a obtenção de informações relativas à identificação das instituições financeiras com os quais correntistas mantêm relacionamento.
DEJT	Sistema instituído, por meio do Ato Conjunto CSJT.TST.GP n.º 15/2008, como órgão oficial de publicação e divulgação de matérias no âmbito da Justiça do Trabalho.
E-DOC	Sistema que possibilita acesso às partes, advogados e peritos à internet para a prática de atos processuais dependentes de petição escrita (processos que tramitam em meio físico).
E-GESTÃO	Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - instituído por meio do Provimento n.º 2/2008 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho-, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1.º e 2.º Graus de Jurisdição.
INFOJUD	Sistema que permite acesso dos magistrados às informações cadastrais e econômico-fiscais das bases de dados da Secretaria da Receita Federal.
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe	Sistema de processo judicial eletrônico que permite a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores, e demais participantes da relação processual no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, em todos os ramos da Justiça.
SAAB	Sistema automatizado de bloqueios bancários, software desenvolvido pelo TRT18, disponibilizado para implantação no TRT10, que facilita o bloqueio das

		contas via BACENJUD. Foi descontinuado a partir de 8 de setembro de 2020, em face da substituição do BACENJUD pelo SISBAJUD.
SERASAJUD		Sistema que permite ao Tribunal o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas da SERASA, via Internet.
SIMBA		Sistema disponibilizado pelo CSJT que permite ao Juiz da execução promover o afastamento do sigilo bancário mediante ordem de quebra de sigilo, devidamente fundamentada.
SISBAJUD		Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário que permite, além do envio eletrônico de ordens de bloqueio e requisições de informações básicas de cadastro e saldo, já permitidos pelo Bacenjud, o sistema permite requisitar informações detalhadas sobre extratos em conta corrente no formato esperado pelo sistema SIMBA do Ministério Público Federal, o que viabiliza aos juízes emitir ordens solicitando das instituições financeiras informações dos devedores tais como: cópia dos contratos de abertura de conta corrente e de conta de investimento, fatura do cartão de crédito, contratos de câmbio, cópias de cheques, além de extratos do PIS e do FGTS. Podem ser bloqueados tanto valores em conta corrente, como ativos mobiliários como títulos de renda fixa e ações. O acesso ao sistema se dá via site do CNJ, Sistemas Nacionais.
SISTEMA BACENJUD		Sistema disponibilizado pelo Banco Central do Brasil que permite verificar a existência de contas correntes e aplicações financeiras, bem assim a consequente determinação de bloqueio e desbloqueio de valores em nome de executados, pela Justiça Trabalhista, detentores de contas bancárias de clientes do Sistema Financeiro Nacional. O sistema em referência foi substituído pelo SISBAJUD, a partir do mês de setembro de 2020.
SISTEMA REMESSA	E-	Sistema disponibilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que permite o envio de dados cadastrais e das peças digitalizadas, por meio eletrônico, dos autos de agravos de instrumento ao Tribunal Superior do Trabalho.
SISTEMA RENAJUD		Sistema que permite a interligação do Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. Possibilita a magistrados e servidores da Justiça do Trabalho proceder à inserção e retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema Renavam, e tais informações são repassadas ao respectivo DETRAN de cada unidade da Federação.